

ações comandadas por Ulysses Guimarães e pelos Senadores Mário Covas e José Rícha — chegou à conclusão de que as eleições diretas não podem ser contra Sarney, mas com Sarney.

Rícha disse ontem que nunca defendeu um mandato de seis anos para o Presidente Sarney. Segundo ele, sua proposta era apenas no sentido de adequar as eleições para 1990 em todos os níveis. E afirmou que é favorável à redução do mandato de Sarney para quatro anos, já que há consenso entre os políticos.

— O que não admito é que se queira atropelar o mandato do Presidente por causa da atual crise. Defendo os quatro anos, mas desde que haja negociações políticas saudáveis — frisou José Rícha.

O Senador acha que os últimos acontecimentos em Brasília, com a escolha dos novos Ministros se transformando em "balburdia" poderiam ser evitados se o Presidente Sarney tivesse iniciado a reforma

— Na minha opinião — afirmou Rícha —, o primeiro passo é definir o mandato permanente para depois decidir o transitório. Se a Constituinte aceitar negociar politicamente pode-se antecipar a questão antes da redação final da Constituição.

A cúpula do PMDB resolveu chamar Sarney para caminhar juntos pelas diretas em 88 depois de avaliar a reforma parcial do Ministério. O diagnóstico foi de "passionalidade geral" do PMDB, do PFL e do próprio Presidente. Esse passionalismo serviu para fazer crescer a tese das diretas no próximo ano, mas também aponta, na avaliação dos dirigentes do Partido, para a prudência de se administrar esse sentimento, sob pena de estabelecer o confronto até mesmo com meios militares.

Lideranças do partido admitem que essa tese tem sido discutida entre o Ministro do Exército, General Leônidas Pires, e o Senador José Ri-

cha. A discussão é sobre a segunda: o entendimento nacional, quase aos moldes da que levou Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral. O Partido está disposto a conversar com as outras agremiações e os Ministros militares para, principalmente, viabilizar um calendário eleitoral para o próximo ano, ajustando os aspectos jurídicos aos políticos.

Há problemas para isso. Em primeiro lugar, não se sabe ainda qual será o sistema de governo. Se persistir o presidencialismo — como acredita o grupo mais ligado a Ulysses — os interessados na disputa não serão os mesmos, que disputariam a eleição para Presidente se o sistema for parlamentarista. Se a Constituinte se fixar pelo parlamentarismo, forçará a eleição de um novo Congresso juntamente com a eleição para Presidente. Além disso, para o próximo ano estão marcadas eleições municipais e elas não poderão ser transferidas e nem coincidir com as eleições gerais.

Cresce tendência para que Ministro só assuma aprovado por Congresso

BRASILIA — Já existe um consenso entre os constituintes para que a nomeação de Ministros seja aprovada pelo Congresso, que também terá poderes para, através de voto de desconfiança, destituir aquele que não estiver atendendo aos interesses da Nação. O ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Eduardo Souto Fagundes, defendeu esta proposta ontem, na Subcomissão do Poder Executivo, e pediu ainda a convocação de eleições diretas para Presidente da República até seis meses após a promulgação da nova Constituição. Segundo ele, essa — "na única forma de se manter a tradição sobre controle e efetiva legalmente".

Segundo o Deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), a discussão sobre parlamentarismo ou presidencialismo se tornou uma questão semântica, pois todos os constituintes defendem o fortalecimento do Poder Legislativo,



Laurenço (à esquerda) e Covas trocam confidências

sentido, além da aprovação dos Ministros indicados pelo Executivo, o Congresso criaria comissões com o objetivo específico de fiscalizar todas as ações de cada um dos Ministros.

Além disso, o Presidente somente poderia editar decretos-leis em casos "excepcionabilíssimos", e mesmo assim com a aprovação do Congresso. Caso o decreto-lei não fosse apreciado em um determinado período de tempo pelos parlamentares, seria rejeitado, ao contrário do que ocorre atualmente, em que acaba sendo aprovado por decurso de prazo.

apreciação dos projetos-de-lei apresentados pelo Executivo e pelos parlamentares, teriam o poder de arquivar propostas rejeitadas por dois terços dos seus membros. Com isso, pretende-se evitar que uma proposta vetada em uma comissão tenha tramitação normal em outra até chegar ao plenário, mesmo com parecer contrário. A finalidade maior da estruturação do Legislativo é evitar uma enorme quantidade de projetos, inclusive alguns que acabam por criar uma imagem negativa para o Congresso.

Enquanto isso, o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) acredita que está crescendo cada vez mais a tese do parlamentarismo. "Se continuarmos com o presidencialismo, da forma que está, acabaremos através de um século correndo o risco de uma guerra civil", disse.

Bonifácio afirmou que defenderá o mandato de seis anos para Sarney somente se for adotado o parlamentarismo. "É o que mais se aproxima do meu temperamento". Por isso, ele acredita que Sarney tudo faria para fortalecer esse sistema no Brasil. Caso contrário, ele será favorável ao mandato de quatro anos, podendo até chegar às diretas já.

A redução drástica dos poderes do Presidente também é defendida pelo

seu partido ao lado de que "a política é uma coisa muito dinâmica".

Segundo dirigentes do PFL, não são apenas os desacertos da política econômica que estão levando à revisão da defesa incondicional do mandato de seis anos: o partido também se ressentiu dos primeiros passos da reforma ministerial, na qual não teria recebido a compensação esperada pela perda do Gabinete Civil, após a renúncia de Maciel.

— As perspectivas são de que ficaremos somente com o Ministério do Interior, o das Comunicações e das Minas e Energia, sem qualquer acréscimo numa eventual perda do Itamaraty — disse um membro da Executiva Nacional.

O Deputado José Lourenço revelou ontem uma "crescente insatisfação das bases com o Governo".

— As bases reagem com mais força porque, sem ter o apoio dos Governadores estaduais, que são do PMDB, e sem Ministérios fortes, acham melhor ir para oposição.

mar a decisão de reduzir o tempo de sua atuação no Palácio do Planalto.

Segundo fontes militares bem posicionadas, "a discussão do mandato do Presidente da República não pode ser feita sob um clima emotivo e pessoal. Querer reduzir o mandato do Presidente Sarney seria exatamente isto, colocar uma discussão geral sob um prisma pessoal. As leis são para ser seguidas e a que está aí estabelece um mandato presidencial de seis anos".

Essa posição, praticamente consensual nas três Forças Armadas, já foi manifestada, por mais de uma vez, pelos atuais Ministros militares. O do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, em uma entrevista coletiva no início do ano disse que "por enquanto o que vale é a atual Constituição e esta estabelece um mandato de seis anos, para o qual foi eleito o Presidente José Sarney".

A mesma posição continua sendo mantida, mas os militares evoluíram em um ponto: admitem que o

tranquilidade que prejudica o bom andamento das soluções dos problemas nacionais. Atualmente vê-se o Presidente Sarney como um bode espiatório, mas há seis meses não era assim. Se o Bresser acerta, e todos nós esperamos que isso ocorra, esta discussão sobre a duração do mandato do atual Presidente será totalmente secundária e não terá nenhum apoio partidário.

Os militares também lembram mais um ponto:

— A vantagem maior de um período de seis anos seria a da coincidência de mandatos dos congressistas com o do Presidente da República. A crise que resultou na queda de Jânio Quadros não teria acontecido se ele tivesse um forte apoio no Congresso. Uma eleição geral em 1990 permitiria amplo grau de coesão de todas as forças políticas em todos os níveis, o que seria extremamente bem vindo para a abertura de uma nova era, marcada por uma nova Constituição.

ADOLPHO BLOCH escreve

COMPROMISSO COM A VERDADE

Em 1975, depois do carnaval, quis visitar o Teatro Municipal para ver como ficava a nossa principal casa de espetáculos depois do baile que ali se realizava todos os anos. Estarrecido, verifiquei que tudo estava fora de lugar, enormes goteiras em toda parte, portas, janelas e vidros quebrados, poltronas rasgadas, mármore e obras de arte cobertos por grossas camadas de sujeira. Decidi procurar o Governador Faria Lima. Fui ao Palácio Guanabara em companhia do Murilo Melo Filho e sugeri-lhe a construção de um Palácio das Artes, uma vez que o Teatro Municipal estava em situação de miséria. Na ocasião, ofereci-lhe uma doação de dois milhões de cruzeiros para o início de uma grande campanha em favor da ideia. O governador ouviu-me atentamente e disse que estudaria o assunto. Duas semanas depois, numa sexta-feira, às sete horas da noite, ouvi o telefone tocar. Não havia ninguém na sala e fui atender. Era o Gover-

completamente o Teatro João Caetano e construímos em seis meses, num recorde até hoje não superado, o Teatro Vila-Lobos e a Central Técnica de Inhaúma. Só pude concretizar essas obras porque tive o apoio e a colaboração da Wrobel Construtora.

Nessa ocasião, o Hélio me falou sobre o projeto de construir o Condomínio As Terrazas, na Barra da Tijuca. Foi o seu primeiro cliente e escolhi nas plantas um bloco de seis apartamentos. Lembro muito bem que eles mostraram a mim e a outros clientes — na inauguração do stand de vendas — as plantas e a maquete do projeto, onde figurava o terreno da frente que ficava reservado para posterior edificação. Quando recebi as escrituras, não tive qualquer dúvida de que o terreno da frente seria destinado a um novo edifício. Como as escrituras dos demais proprietários são idênticas às minhas, é evidente que todos estão suficientemente esclarecidos sobre o assunto.